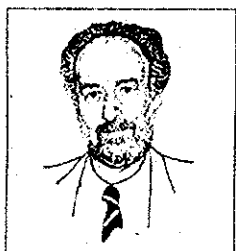


WASHINGTON NOVAES

O clima, aqui e lá fora

Com a temperatura em São Paulo batendo o recorde de alta no mês de outubro, o Sul às voltas com inundações e o nível de umidade do ar em Ribeirão Preto (7%) quebrando a marca histórica de baixa, o Brasil está participando esta semana em Nova Délhi, na Índia, da VIII Conferência



"Mercado de carbono" poderá chegar, pelo menos, a US\$ 20 bilhões/ano

das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (Coppe VIII).

Que se pode esperar dali neste momento dramático em que, apesar das evidências de mudanças já em andamento (como afirmaram em Johannesburg vários chefes de Estado europeus), não se consegue sequer pôr em prática o Protocolo de Kyoto, pelo qual os países industrializados reduziram em 5,2%, sobre os níveis de 1990, suas emissões de gases que intensificam o efeito estufa (na verdade, elas já aumentaram desde então 13% e o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC - acha prudente baixar 60%)?

A Coppe VIII é realizada ainda com os Estados Unidos, os maiores emissores de gases (principalmente por causa da queima de petróleo e carvão mineral), se recusando a homologar o Protocolo de Kyoto, acompanhados pela Austrália (a maior exportadora de carvão mineral). E com a incerteza em relação ao Canadá, que acena com uma possível homologação se aprovada pelo Parlamento, onde o quadro é complicado, pois as províncias produtoras de petróleo são contra. Fica difícil alcançar, para pôr o

protocolo em vigor, o quórum mínimo de 55 países geradores de pelo menos 55% das emissões (a esperança está na adesão da Rússia, da Ucrânia e de uns poucos mais; mas EUA e Austrália continuarão fora).

Em Nova Délhi, serão três os temas em discussão. O primeiro, uma avaliação dos esfor-

ços para mitigar as mudanças previstas - e até aqui os resultados são parcos. O Brasil insistirá em que é preciso, mesmo sem os EUA, pôr Kyoto em vigor; avaliar o resultado das medidas nacionais anunciadas pelos EUA, fora do protocolo; e cobrar que se leve à prática o Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo qual países industrializados poderão financiar em outros países projetos que reduzam emissões e descontar essa redução no seu balanço próprio.

Estudo recente na Câmara de Comércio Brasil-França estimou que o chamado "mercado de carbono" decorrente do MDL poderá chegar, pelo menos, a US\$ 20 bilhões anuais, calculando em US\$ 5 a US\$ 10 por tonelada o valor de 4,7 bilhões de toneladas anuais de carbono reduzidas (embora haja quem pense que o valor por tonelada possa chegar a US\$ 75). O Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável calculou que o Brasil poderá receber uns US\$ 600 milhões anuais por esse mecanismo, negociando 100 mil toneladas por ano a US\$ 6 por tonelada.

Na segunda discussão na capital indiana, em que se-

rão examinadas as consequências das mudanças climáticas sobre o desenvolvimento sustentável, a grande preocupação é avaliar os impactos sobre a agricultura e a disponibilidade de recursos hídricos. Convém lembrar aí o que já foi mencionado em artigo anterior: questionado em Johannesburg, pelo autor destas linhas, sobre o impacto das mudanças em países como o Brasil, o presidente do IPCC mencionou especificamente as perdas na agricultura (por secas e inundações) e a possível redução da disponibilidade de água para suprir o abastecimento das grandes cidades. Recomendou que se inicie imediatamente a discussão sobre adaptações necessárias (o que ainda não está sendo feito).

A terceira discussão, embora não esteja ainda resolvido o que se fará até 2012 (vigência do Protocolo de Kyoto), será sobre o que fazer a partir de 2013. E provavelmente entrará em cena a proposta brasileira de calcular a responsabilidade de cada país diretamente por sua contribuição para o aumento da temperatura do planeta, a partir de suas emissões históricas (pois os gases se acumulam na atmosfera) e atuais. Já revista num workshop recente na Inglaterra, essa proposta tem ainda ângulos complexos a definir:

■ A partir de quando se computam emissões, que ano (há gases que permanecem mais de um século na atmosfera e outros, menos)?

■ A responsabilidade será calculada pelo aumento da temperatura hoje ou sobre o previsto para 2013 (por exemplo)?

■ A partir daí, que nível de redução global de emissões se define?

Até 2012, pelo Protocolo de Kyoto, países em desenvolvimento não têm obriga-

ção de reduzir suas emissões. Mas já há pressões fortes para que o façam. Essa não-obrigação (de países como Brasil, China, Índia e outros) é exatamente um dos pretextos norte-americanos para não homologar o protocolo. E as pressões crescerão. Por isso mesmo, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é vital para o Brasil: uma forma de reduzir emissões sem sacrifícios maiores.

A prazo mais longo, entretanto, será inevitável um aumento da pressão para que o País adira a uma projetada convenção sobre florestas, já que as mudanças no uso da terra e o desmatamento são as causas principais de emissões por aqui (pois a matriz energética, baseada em grande parte em energia hidrelétrica, não depende tanto da queima de combustíveis fósseis).

Até aqui, o Brasil tem resistido a essa convenção, sob o argumento de que implica restrições à soberania, por impedir o livre uso de recursos em seu território. Mas será cada vez mais difícil sustentar essa posição, diante das evidências de que já estão ultrapassados limites globais que deveriam ser intransponíveis - mudanças climáticas, capacidade de reposição de recursos e serviços naturais pela biosfera - e que põem em risco a própria sobrevivência da espécie humana.

Nesse quadro, como já se afirmou neste espaço, o Brasil deveria mudar sua posição. Transformar o quadro planetário de escassez de recursos em vantagem estratégica. E negociar com os grandes consumidores do mundo compensações pelo uso desses recursos no que importam daqui. Mas ainda estamos longe disso.